

ANEXO I- TERMO DE REFERÊNCIA

1 IDENTIFICAÇÃO DO DEMANDANTE

1.1 Órgão Reque^rente:

- Secretaria Municipal de Saúde

1.2 Unidade Solicitante:

- Elaborador do termo de referência: Letícia de Souza Santa Rita
- Contato: 65-99609-8716

2 DA MODALIDADE SUGERIDA E LEGISLAÇÕES

2.1. A modalidade de contratação utilizada para a seleção de empresa especializada é a **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, fundamentada no **Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021**, considerando que o valor estimado do objeto encontra-se abaixo do limite legal para contratação direta de serviços comuns.

2.2. O procedimento seguirá o rito da **Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021** (ou regulamento municipal equivalente), garantindo a observância dos princípios da celeridade, economia e ampla competitividade através de disputa de lances em plataforma eletrônica.

2.3. A contratação observa ainda os requisitos da Lei Federal nº 11.350/2006, da Emenda Constitucional nº 51/2006 e da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

3 OBJETOS (14.133, de 1º de abril de 2021)

3.1 O presente termo tem como objeto a "Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de planejamento, organização e execução de Processo Seletivo Público para os cargos de Agente Comunitário de Saúde (ACS) e Agente de Combate às Endemias (ACE)", atendendo às necessidades da Rede de Atenção Básica do Município.

4 JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

4.1 A Secretaria Municipal de Saúde necessita recompor o quadro de profissionais que atuam na ponta do sistema de saúde pública.

Razões para a contratação:

1. **Obrigatoriedade Legal:** Cumprimento da Lei Federal nº 11.350/2006, que exige a realização de Processo Seletivo Público para o provimento desses cargos.
2. **Continuidade do Serviço:** A falta desses agentes compromete as metas da Estratégia de Saúde da Família (ESF) e as ações de Vigilância Epidemiológica (combate à Dengue, Zika e Chikungunya).
3. **Complexidade Técnica:** A Administração Municipal não dispõe de banca examinadora própria com expertise para elaboração de provas técnicas, plataforma de inscrição e gerenciamento de recursos, sendo necessária a contratação de empresa especializada.
4. **Curso de Formação:** Necessidade de suporte para a realização da etapa de Curso de Formação Inicial (40 horas), requisito obrigatório por lei para a investidura no cargo.

5 DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA:

5.1 As despesas decorrentes da execução da aquisição correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

6 DAS ESPECIFICAÇÕES, DAS EXIGÊNCIAS, DO LOCAL E PRAZO

6.1. As especificações técnicas dos serviços e as etapas do processo seletivo estão detalhadas neste Termo de Referência, devendo a contratada observar o cronograma físico-financeiro estabelecido.

6.2. Da Execução e Localização:

- **6.2.1.** A prestação dos serviços e a entrega dos produtos (editais, relatórios e resultados) ocorrerão mediante solicitação expressa da Secretaria Municipal de Saúde.
- **6.2.2. Endereço para reuniões técnicas e entrega de documentos:** Rua Praça da Bandeira, 230, Centro, Santo Antônio do Leverger – MT.
- **6.2.3. Horário de suporte:** O atendimento técnico à Secretaria deverá ocorrer em dias úteis, das 07h00 às 13h00; Contato: (65) 98111-9758.

6.3. Dos Prazos e Vigência:

- **6.3.1.** A contratada deverá retirar a Nota de Empenho e assinar o contrato em até **05 (cinco) dias úteis** após a convocação formal.
- **6.3.2.** O prazo para correção de minutas de editais, comunicados ou relatórios que apresentem inconsistências é de **02 (dois) dias úteis**, contados da notificação oficial.
- **6.3.3.** A Secretaria poderá suspender pagamentos vinculados a etapas em desacordo com o solicitado, sem prejuízo da aplicação de sanções administrativas por atraso no cronograma oficial.

6.4. Da Segurança, Sigilo e Proteção de Dados:

- **6.4.1. Sigilo Absoluto:** A contratada responde civil e criminalmente pelo sigilo na elaboração e guarda das provas. Qualquer vazamento implicará na anulação da respectiva etapa às custas exclusivas da contratada.
- **6.4.2. Logística Segura:** O transporte de provas e cartões-resposta deve ser realizado em invólucros lacrados e numerados, garantindo a inviolabilidade até a abertura em sala de aula, sob fiscalização da Comissão Municipal.
- **6.4.3. LGPD:** A plataforma de inscrições e o banco de dados devem cumprir integralmente a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), garantindo a proteção e o tratamento adequado dos dados pessoais dos candidatos.

6.5. Dos Requisitos Técnicos e Operacionais:

- **6.5.1. Local de Prova:** A aplicação das provas objetivas ocorrerá obrigatoriamente no município de Santo Antônio do Leverger, em locais definidos ou validados pela contratante.
- **6.5.2. Qualidade das Questões:** As questões de prova deverão ser inéditas, com bibliografia atualizada e focada nas atribuições legais previstas na Lei Federal nº 11.350/2006.
- **6.5.3. Fiscalização:** A contratada deve disponibilizar equipe treinada (coordenadores e

fiscais) em quantidade proporcional ao número de inscritos, garantindo a lisura e a isonomia do certame.

- **6.5.4. Curso de Formação Inicial:** A empresa deverá estruturar a etapa obrigatória de **40 (quarenta) horas**, fornecendo material didático (digital ou físico) e controle rigoroso de frequência, conforme requisito legal para a investidura nos cargos de ACS e ACE.

6.6. Das Responsabilidades por Danos:

- **6.6.1.** A empresa é integralmente responsável por danos causados à Administração Pública ou a terceiros (candidatos), decorrentes de dolo ou culpa, abrangendo falhas tecnológicas no sistema de inscrições ou erros no processamento de resultados.

6.7. Da Rejeição e Recebimento dos Serviços:

- **6.7.1.** Não serão aceitos serviços executados em desacordo com o cronograma, provas com erros materiais/conceituais ou etapas com falhas de segurança que comprometam a integridade do processo.
- **6.7.2.** Identificada irregularidade grave no processamento de dados ou na condução das provas, a empresa será notificada para defesa imediata, sob pena de rescisão contratual e aplicação das multas previstas na Lei nº 14.133/2021.

7 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Executar os serviços em estrita observância às normas da Lei nº 14.133/2021, da Lei nº 11.350/2006 e às especificações constantes neste Termo de Referência e no Edital do certame.

7.2. Quanto ao Planejamento e Organização:

- **7.2.1.** Elaborar e submeter à aprovação da Secretaria Municipal de Saúde a minuta do Edital de Abertura, Cronograma de Execução e demais atos normativos.
- **7.2.2.** Disponibilizar plataforma digital segura para realização das inscrições, garantindo suporte técnico aos candidatos e meios para emissão de boletos ou comprovantes.
- **7.2.3.** Realizar o tratamento de dados pessoais dos candidatos em conformidade com a LGPD, respondendo administrativa e juridicamente por qualquer uso indevido.

7.3. Quanto à Segurança e Sigilo:

- **7.3.1.** Garantir sigilo absoluto em todas as fases, adotando protocolos de segurança rigorosos que impeçam o acesso de pessoas não autorizadas ao conteúdo das provas.
- **7.3.2.** Responsabilizar-se civil e criminalmente por qualquer quebra de sigilo, arcando com os custos de eventual anulação ou reaplicação de provas por sua culpa ou dolo.

7.4. Quanto à Execução Técnica:

- **7.4.1.** Elaborar questões de prova condizentes com as atribuições de Agente Comunitário de Saúde (ACS) e Agente de Combate às Endemias (ACE).

- 7.4.2. Selecionar e treinar pessoal qualificado (coordenadores e fiscais) para atuação nos locais de prova, garantindo o cumprimento das normas do edital.
- 7.4.3. Realizar o Curso de Formação Inicial de 40 horas, fornecendo instrutores capacitados, material didático e listas de presença auditáveis.
- 7.4.4. Processar os cartões-resposta via leitura óptica e emitir pareceres fundamentados para todos os recursos interpostos pelos candidatos.

7.5. Quanto à Logística e Localidade:

- 7.5.1. Providenciar a logística completa para a aplicação das provas em Santo Antônio do Leverger, incluindo locação de espaços, mobiliário e sinalização necessária.
- 7.5.2. Arcar com todas as despesas decorrentes da execução do objeto, tais como deslocamentos, alimentação da equipe, tributos e encargos trabalhistas.

7.6. Quanto à Gestão Administrativa:

- 7.6.1. Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de licitação.
- 7.6.2. Apresentar relatórios detalhados após a conclusão de cada etapa para fins de fiscalização e liquidação de pagamento.

8 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Prover as condições necessárias para a execução dos serviços, fornecendo à Contratada informações, documentos e o suporte administrativo essencial ao bom andamento do Processo Seletivo.

8.2. Quanto ao Suporte Logístico e Institucional:

- 8.2.1. Designar a **Comissão Especial de Acompanhamento e Fiscalização**, responsável por validar as etapas, analisar editais e fiscalizar a aplicação das provas.
- 8.2.2. Disponibilizar ou indicar os prédios públicos municipais (escolas e unidades de saúde) que servirão como locais de aplicação das provas e de realização do Curso de Formação Inicial.
- 8.2.3. Facilitar o acesso da equipe da Contratada aos locais de prova e garantir o apoio das forças de segurança locais para a manutenção da ordem durante o certame, se necessário.

8.3. Quanto à Validação de Atos:

- 8.3.1. Analisar e aprovar a minuta do Edital de Abertura e o Cronograma de Execução no prazo máximo de **03 (três) dias úteis** após a entrega pela Contratada.
- 8.3.2. Publicar os editais e avisos oficiais no Diário Oficial dos Municípios e demais meios de comunicação institucional, conforme exigido por lei.
- 8.3.3. Homologar os resultados finais do Processo Seletivo Público após a conclusão de todas as etapas e julgamento dos recursos.

8.4. Quanto à Fiscalização e Pagamento:

8.4.1. Exercer a fiscalização rigorosa dos serviços, comunicando à Contratada, por escrito,

qualquer irregularidade ou falha técnica detectada para imediata correção.

8.4.2. Efetuar o pagamento à Contratada mediante a apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada pelo fiscal do contrato, observando o cumprimento de cada etapa físico-financeira prevista.

8.5. Notificar a Contratada sobre qualquer alteração na legislação municipal ou nas metas da Rede de Atenção Básica que impactem diretamente a execução do objeto deste Termo.

9 DO GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO

9.1. A fiscalização da execução do contrato será exercida por **servidor designado pela Secretaria Municipal de Saúde**, formalmente nomeado como **Fiscal do Contrato**, nos termos do Art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

9.2. Ao servidor designado compete monitorar o cumprimento do cronograma, conferir a qualidade dos editais e provas apresentados e **atestar as notas fiscais** mediante a comprovação da execução de cada etapa.

9.3. A existência de fiscalização não exime a empresa contratada da responsabilidade integral por falhas técnicas, vazamentos de informações ou erros no processamento de resultados.

10 DAS EXIGÊNCIAS HABILITATÓRIAS

10.1. As exigências para fins de habilitação jurídica, técnica, fiscal, social e trabalhista são aquelas detalhadas na Minuta do Edital, anexa a este processo, em estrita observância aos Artigos 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

11 FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E SUAS CONDIÇÕES

11.1. A proposta de preços deverá ser apresentada de forma clara e detalhada, em conformidade com as orientações deste Termo de Referência e do Edital, contendo:

- **11.1.1.** Descrição detalhada dos serviços, garantindo o atendimento a todas as etapas do Processo Seletivo (Inscrições, Provas e Curso de Formação).
- **11.1.2.** Preço unitário e total por item, expressos em moeda corrente nacional (Real), já inclusos todos os custos diretos e indiretos (tributos, encargos trabalhistas, deslocamentos e logística).

11.1.3. Prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a **90 (noventa) dias**, contados da data de sua apresentação.

11.2. A proposta deverá ser acompanhada de uma declaração de pleno conhecimento do objeto e das condições locais de execução no município de Santo Antônio do Leverger – MT.

11.3. É vedada a apresentação de propostas que contenham preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os custos de mercado para a prestação de serviços de banca examinadora.

12 DO PAGAMENTO E DA APRESENTAÇÃO DA NOTA FISCAL

12.1 O pagamento será efetuado pela Administração Municipal em favor da Contratada, mediante a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo fiscal do contrato, observando-se o cronograma de execução das etapas.

12.2 A liquidação das despesas obedecerá à seguinte forma de parcelamento, baseada na conclusão efetiva dos serviços:

- **1ª Parcela (20%):** Após a publicação do Edital de Abertura no Diário Oficial e encerramento do período de inscrições;
- **2ª Parcela (40%):** Após a aplicação das provas objetivas e publicação do gabarito oficial definitivo;
- **3ª Parcela (20%):** Após a conclusão da etapa do Curso de Formação Inicial (40 horas) e entrega da lista final de aproveitamento;
- **4ª Parcela (20%):** Após a entrega do relatório final, julgamento de todos os recursos e homologação final do Processo Seletivo Público.

12.3 As Notas Fiscais deverão ser apresentadas na sede da Secretaria Municipal de Saúde, acompanhadas das certidões de regularidade fiscal (FGTS, Tributos Federais, Estaduais e Municipais e CNDT) atualizadas.

12.4 O prazo para pagamento será de até **30 (trinta) dias**, contados do recebimento da Nota Fiscal devidamente atestada pelo setor competente, conforme o disposto no **Art. 121 da Lei nº 14.133/2021**.

12.5 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos auxiliares, o prazo de pagamento será interrompido, reiniciando-se a contagem a partir da data de sua regularização, sem qualquer ônus para a Contratante.

12.6 A Administração poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a eventuais multas aplicadas à Contratada em virtude de descumprimento contratual.

13 DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

13.1 O contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por períodos sucessivos, observadas as disposições do **Art. 107 da Lei nº 14.133/2021**.

13.2 A vigência estabelecida visa garantir a execução integral de todas as etapas do certame, incluindo:

- **a)** Planejamento e publicação do edital;
- **b)** Realização das inscrições e análise de isenções;
- **c)** Aplicação e correção das provas objetivas;
- **d)** Período de recursos e publicações de resultados;
- **e)** Realização do **Curso de Formação Inicial (40 horas)**;
- **f)** Homologação final do Processo Seletivo Público.

13.3 A vigência do contrato não se confunde com o prazo de validade do Processo Seletivo (que geralmente é de 02 anos), referindo-se exclusivamente ao período de prestação de serviço da empresa organizadora.

13.4 Caso ocorram suspensões do certame por ordens judiciais ou recomendações de órgãos de

controle que não decorram de culpa da contratada, o prazo de vigência será suspenso e posteriormente aditivado pelo período correspondente à paralisação.

14 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela Contratada, ou a infração de preceitos legais, ensejará a aplicação das sanções previstas no **Art. 156 da Lei nº 14.133/2021**, garantida a prévia defesa e o contraditório.

14.2. Tipos de Sanções:

- **I - Advertência:** Aplicada em casos de faltas leves que não prejudiquem a execução do cronograma do processo seletivo;
- **II - Multa:** Que poderá ser:
 - **a) Moratória:** Pelo atraso injustificado na execução de etapas (ex: atraso na publicação de editais ou resultados), no percentual de **0,5% a 2%** por dia de atraso, sobre o valor da etapa;
 - **b) Compensatória:** Pela inexecução total ou parcial do contrato, no percentual de até **20%** sobre o valor total do contrato.
- **III - Impedimento de licitar e contratar:** No âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo, pelo prazo de até **03 (três) anos**;
- **IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar:** No âmbito da Administração Pública de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de **03 (três) anos** e máximo de **06 (seis) anos**.

14.3. Infrações Específicas:

- **14.3.1.** O vazamento de conteúdo de provas ou gabaritos por culpa ou dolo da Contratada será considerado **infração gravíssima**, sujeitando a empresa à multa máxima e à declaração de inidoneidade, sem prejuízo da responsabilidade civil pela anulação do certame.
- **14.3.2.** A falha técnica sistêmica que impossibilite as inscrições por período superior a 24 horas, sem justificativa aceita pela fiscalização, ensejará aplicação de multa moratória.

14.4. A aplicação das sanções será registrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

14.5. Os valores das multas aplicadas poderão ser descontados diretamente dos pagamentos devidos pela Administração Municipal ou cobrados judicialmente.

15 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente instrumento para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Administração Municipal.

15.2. A Contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

15.3. Nenhuma tolerância das partes quanto ao cumprimento de qualquer cláusula ou condição

deste Termo de Referência e do futuro contrato constituirá novação, nem impedirá a parte tolerante de exigir, a qualquer tempo, o fiel cumprimento das obrigações.

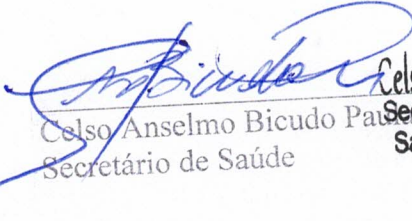
15.4. Os casos omissos serão decididos pela Secretaria Municipal de Saúde, com base na **Lei nº 14.133/2021** e demais normas de Direito Administrativo.

15.5. Fica eleito o Foro da Comarca de Santo Antônio do Leverger – MT para dirimir quaisquer questões oriundas deste instrumento que não puderem ser resolvidas administrativamente.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

ITEM	DESCRIÇÃO	APRESENTAÇÃO	Cod tribunal	QNT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	Prestação de serviços especializados para organização e execução de Processo Seletivo Público para ACS e ACE, abrangendo todas as etapas previstas no Termo de Referência	Global	302857-7	1	R\$49.520,00	49,520,00

Santo Antônio de Leverger, 13 de março de 2026.


Celso Anselmo Bicudo Paula Souza
Secretário de Saúde

Celso Anselmo Bicudo Paula Souza
Secretário Municipal de Saúde de
Santo Antônio do Leverger - MT


Letícia de Souza Santa Rita
CPF: 058.860.167-59

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTO ANTONIO DO LEVERGER
CNPJ: 03.507.555/0001-12
ENDEREÇO: RUA PRAÇA DA BANDEIRA, 230 CENTRO
CEP: 78180-000
SECRETARIO DE SAÚDE : CELSO ANSELMO BICUDO PAULA SOUZA
DATA: 13 DE MARÇO DE 2026.

2 OBJETIVO

2.1 O objetivo deste estudo é avaliar a viabilidade técnica e operacional para a contratação de empresa especializada na organização e execução de Processo Seletivo Público para os cargos de Agente Comunitário de Saúde (ACS) e Agente de Combate às Endemias (ACE). A contratação visa atender à necessidade da Rede de Atenção Básica de Santo Antônio do Leverger, garantindo a seleção de profissionais qualificados conforme os requisitos da Lei Federal nº 11.350/2006.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

3.1 A necessidade se justifica pela vacância de cargos estratégicos na saúde pública municipal. A falta de agentes compromete as metas da Estratégia de Saúde da Família e as ações de combate a endemias (como Dengue e Zika). A Administração Municipal não possui banca examinadora própria com expertise técnica para elaborar provas, gerenciar sistemas de inscrição e realizar o curso de formação inicial de 40 horas, exigido por lei, sendo indispensável a contratação externa.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 A contratada deverá comprovar experiência na realização de concursos ou seletivos públicos.

4.2 Garantir plataforma de inscrição com suporte à LGPD (Lei nº 13.709/2018).

4.3 Disponibilizar equipe de fiscais e coordenadores para aplicação das provas no município.

4.4 Fornecer instrutores capacitados para o Curso de Formação Inicial.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO E ESTIMATIVA

5.1 A estimativa de preço foi realizada mediante consulta ao Radar TCE/MT e lances em portais como o Licitanet, utilizando contratações similares nos exercícios de 2025 e 2026.

5.2 Foram identificados 05 parâmetros de referência, resultando na seguinte média:

ITEM	DESCRIÇÃO	APRES	UN	CN	PROPOSTA 01	PROPOSTA 02	PROPOSTA 03	PROPOSTA 04	PROPOSTA 05	VALORES	MÉDIA	TOTAL
1	Prestação de serviços especializados Processo Seletivo Público para ACS e ACE	GLOBAL	Unid		PM DE PONTES E LACERDA dispensa de licitação 59/2025 *****	PM DE JAURI dispensa de licitação 13/2025 R\$ 73.000,00	PM DE ALTO GARCAS Dispensa de licitação 22/2025 R\$ 27.000,00	PM DE JUNA Dispensa de licitação 34/2025 R\$ 22.700,00	PM DE FELIZ NATAL Dispensa de licitação 01/2026 R\$ 13.500,00	R\$ 247.600,00	R\$ 49.520,00	R\$ 49.520,00

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1 A solução consiste na contratação externa de banca examinadora para assumir toda a responsabilidade logística e intelectual do certame, desde a publicação do edital até a entrega do resultado final homologado.

6.2 A contratação será realizada através da modalidade “**Dispensa de Licitação**”, com base no Art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

7.1 A contratação será por item global (01 serviço), abrangendo todas as etapas necessárias para o provimento das vagas em aberto na Secretaria Municipal de Saúde.

8. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

8.1 O valor estimado para a contratação é de **R\$ 49.520,00** (quarenta e nove mil quinhentos e vinte reais).

9. JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO

9.1 O serviço possui natureza indivisível. O fracionamento da execução do processo seletivo entre diferentes empresas (uma para inscrições, outra para provas, etc.) comprometeria a segurança do certame, a unidade da banca examinadora e a responsabilidade jurídica sobre o sigilo das provas.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS

10.1 Não há necessidade de contratações correlatas.

11. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

11.1 Pretende-se realizar a seleção de novos agentes de saúde com total transparência e lisura, garantindo que os profissionais iniciem suas atividades devidamente capacitados pelo curso de formação inicial.

12. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS À CONTRATAÇÃO

12.1. Nomeação de Comissão Especial: Antes da publicação do edital, a Administração procederá à nomeação formal da Comissão Especial de Acompanhamento do Processo Seletivo, que atuará em conjunto com a banca contratada para validar as etapas e fiscalizar o cumprimento das normas locais.

12.2. Disponibilização de Infraestrutura: A Secretaria Municipal de Saúde já mapeou as unidades escolares e prédios públicos em Santo Antônio do Leverger que servirão de locais para aplicação das provas e realização do Curso de Formação Inicial de 40 horas.

12.3. Capacitação de Fiscais: Os servidores designados para a fiscalização do contrato possuem formação continuada oferecida pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas, estando aptos a monitorar a execução técnica e o cronograma físico-financeiro da contratação.

13. GERENCIAMENTO DE RISCOS

13.1. O gerenciamento de riscos deste planejamento foi elaborado com o objetivo de identificar eventos que possam comprometer a regularidade, a segurança e a eficácia do Processo Seletivo Público. A análise busca antecipar falhas operacionais e garantir que a Secretaria Municipal de Saúde possua mecanismos de controle sobre a banca contratada.

13.2. Foram considerados riscos de natureza técnica, logística e jurídica, especialmente aqueles relacionados ao sigilo das provas e à proteção de dados dos candidatos (LGPD). Para cada risco mapeado, definiu-se a

probabilidade de ocorrência, o impacto no certame e as respectivas ações preventivas e de contingência, conforme detalhado na tabela abaixo:

13.3. Fluxo Processual: Após a aprovação deste Estudo Técnico Preliminar (ETP) pela Autoridade Competente, será elaborado o Termo de Referência (TR), consolidando as especificações técnicas e as regras de disputa da Dispensa.

RISCO IDENTIFICADO	PROBABILIDADE	IMPACTO	AÇÃO PREVENTIVA (MITIGAÇÃO)	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA
Vazamento de conteúdo das provas ou gabaritos	Baixa	Muito Alto	Exigir em contrato protocolos de segurança no transporte/impressão e cláusula de sigilo absoluto.	Anulação da etapa, aplicação de multa contratual e imediata reaplicação às custas da empresa.
Falhas no sistema de inscrição (Instabilidade/LGPD)	Média	Alto	Exigir plataforma que suporte acessos simultâneos e comprove conformidade com a LGPD.	Prorrogação do prazo de inscrição proporcional ao período de instabilidade.
Baixa procura de candidatos ou inscritos	Baixa	Médio	Ampla divulgação no Diário Oficial, site da Prefeitura e redes sociais oficiais.	Reabertura do prazo de inscrições com reforço na estratégia de publicidade.
Incapacidade técnica para o Curso de Formação (40h)	Baixa	Alto	Exigir no TR que a empresa apresente plano de aula e currículo dos instrutores antes do início.	Notificação imediata para substituição da equipe técnica ou rescisão por inexecução

RISCO IDENTIFICADO	PROBABILIDADE	IMPACTO	AÇÃO PREVENTIVA (MITIGAÇÃO)	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA
				parcial.
Questionamentos judiciais ou de órgãos de controle	Média	Médio	Elaboração de Edital e TR com base técnica sólida (Lei 11.350/2006) e parecer jurídico prévio.	Suspensão temporária do cronograma para prestação de esclarecimentos e ajustes necessários.
Contratada se recusar a assinar o contrato	Baixa	Médio	Previsão de sanções administrativas e multa no edital para desistência injustificada.	Convocação da segunda colocada na disputa da Dispensa Eletrônica.

14. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

14.1 Diante das justificativas expostas, declaramos a contratação técnica e economicamente viável.


 Celso Anselmo Bicudo Paula Souza
 Secretário Municipal de Saúde de
 Santo Antônio do Leverger - MT